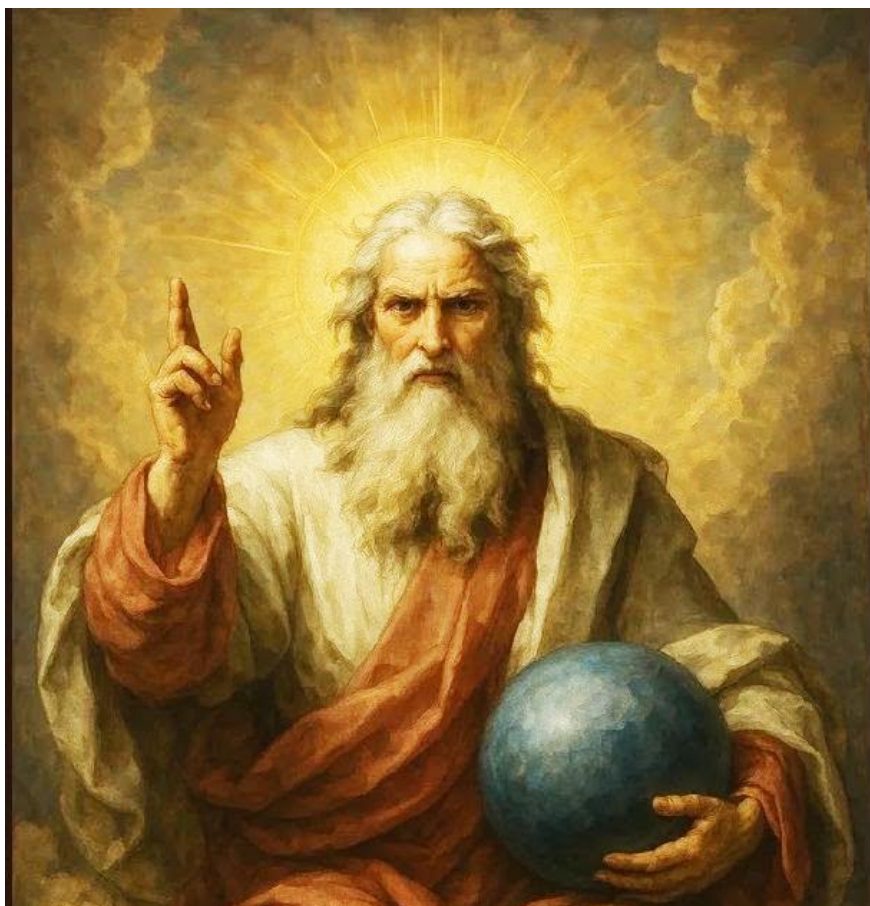


CARTA MAGNA DOS DIREITOS E DEVERES DIVINOS DO HOMEM



CRISTO RAÚL DE YAVÉ E SÍON

Todo cristão é, pela fé em Jesus Cristo, declarado cidadão do Paraíso da vida eterna. Por meio dessa declaração divina, cada cidadão participa dos direitos naturais que pertencem a quem é filho de Deus, nosso Criador. Formados à imagem e semelhança do Filho de Deus, nosso Jesus Cristo, nosso direito de desfrutar plenamente das maravilhas de Seu Mundo é natural para aqueles que, amados por Seu Pai, têm todo o Seu Reino à sua frente para desfrutar de suas maravilhas e gozar do espírito da Liberdade em toda a sua potência e virtude. O amor ao nosso Criador é eterno; nossa Alma é o espelho no qual Sua Personalidade e Seu Amor pela Criação ganham vida, e essa vida é à imagem e semelhança de Seu Filho Primogênito, cuja Personalidade vemos viva na História dos Evangelhos, de forma espiritual, e nos servos de Cristo em sua forma viva e presente. A imortalidade vive na natureza da alma, elevada pelo Criador do Universo à vida eterna à imagem e semelhança da vida divina, de modo que, tendo sido investida da indestrutibilidade natural de seu Criador, sua destruição escapa dos braços da morte, exatamente como testemunhamos na Ressurreição de Jesus por seus Discípulos, Testemunhas de sua glória, cujo Testemunho foi selado com a Prova mais poderosa que o ser humano pode oferecer aos seus semelhantes perante o Tribunal da História e da Vida: seu sangue, em virtude do qual todos nós vivemos. Daí se vê a natureza da Igreja Católica, na qual o Testemunho do Espírito Santo vive no Sacerdote, gerado à imagem e semelhança de Cristo Jesus, “Jesus Cristo, Sumo Pontífice Universal”, o Único Servo cuja Presença perante o Senhor Deus Yavé se mantém, não apenas de pé, mas ao seu lado, pois aquele que é Servo é também Filho. Daí que todo filho de Deus herde o Direito e o Dever naturais; sendo ele Criação de Deus, é gerado no seio dessa Criação para desfrutar dos direitos naturais de um filho e dos deveres igualmente divinos que decorrem do Ser de filhos de Deus. De modo que a glória do Criador, na qual nos regozijamos e crescemos admirando seu Mundo no Ser daquele que nos torna participantes de suas Maravilhas a partir do Conhecimento da Onisciência e do Poder Infinitos de seu Pai, é, ao mesmo tempo, a origem de nosso Dever como Cidadãos de Seu Reino. Pois toda civilização possui uma estrutura social cujos fundamentos, estrutura e poder têm como sentido a felicidade de todas as nações que vivem segundo a Lei de seu Fundador; e, vivendo em nós a natureza da alma que nos foi dada — morada do espírito da inteligência natural para o espírito de nosso Criador —, vivemos do fruto desta Árvore da Vida: a Liberdade, sem a qual não podemos compreender nossa existência.

Assim, fica claro que nosso comportamento aqui na Terra revela o comportamento que cada um apresentará no Paraíso da vida eterna. Compreende-se que aquele que é Senhor de sua Casa tem o Poder de abrir e fechar a Porta para quem ele julgar bom ou mau, de acordo com sua Justiça. A hipocrisia de quem esconde, por trás de um “Senhor, Senhor!”, a natureza de seus delitos — invisíveis aos seus semelhantes, mas visíveis àquele que é Deus. Aquele que tem o Poder de absolver de um delito um servo, um cidadão de seu Reino, faz isso tendo em vista seu Dever de Rei de impedir que a Paz e a Liberdade em seu Reino sejam jamais violadas por hipócritas. O que significa que nossa Responsabilidade como Cidadãos de Seu Reino começa aqui na Terra. Pelo Direito de filhos de Deus, temos a plena liberdade de quem tem tudo em Seu Pai, conforme nos foi deixado escrito em Seu testamento: “Tudo o que é do Pai é

meu; por isso , eu vos disse que Ele tomará do que é meu e vos dará a conhecer”. De fato, assim como Deus Filho possui tudo o que Deus Pai possui, todos os filhos de Deus o possuímos em Deus Filho. Daí o crime de rebelião daqueles que afastaram o Filho de Deus e declararam não precisar do Filho para se aproximarem de Deus, seu Pai; crime que mereceu o Castigo, a Destruição da Igreja de Bizâncio, devido ao fato de que, acreditando-se iguais, se não superiores, ao Sumo Sacerdote Universal, Cristo Jesus, se proclamaram dignos de se apresentar perante o Deus dos deuses e Criador do Universo com o mesmo Direito que o Deus Filho. É no Amor, e não no Orgulho, que reside a Vida do Homem. Pois que homem ousaria se comparar ao seu Criador? Não foi por acaso esse Orgulho a causa da ruína eterna daquele filho de Deus que ousou se colocar no mesmo nível do Senhor do Infinito e da Eternidade, desafiando para a guerra o Espírito Santo do Rei do Paraíso, seu Filho Amado, Nosso Jesus Cristo? A declaração de Jesus foi clara: “Se eu não for, não vos enviarei o Espírito Santo”. Daí volto à declaração anterior: “Tudo tendes em Deus Filho, assim como Deus Filho tem tudo em Deus Pai”, e quem acreditar que pode acessar Deus Pai afastando Deus Filho, a porta que se abre é a porta de Satanás, e essa porta conduz ao inferno. “Pedi e vos será dado”; é a Ele, Deus Filho, que o Homem deve invocar para que se abra a Porta da Inteligência, na qual residem todos os tesouros da Sabedoria e da Onisciência Divina.

Assim, sendo imortal a nossa Alma, nossa vida na Eternidade começa aqui na Terra; do nosso comportamento aqui na Terra depende o Futuro das gerações que deverão manter aceso o Fogo do Amor ao nosso Criador. Se não tivéssemos esse Modelo de Filho, por amor ao qual Deus nos dá tudo, todos os filhos de Deus estaríamos perdidos diante daquele que, tendo criado um Novo Cosmos, assentou seu Mundo sobre a Rocha Indestrutível de sua Personalidade. Os Antigos viram nessa Personalidade de Nosso Criador um Deus diante do qual se ajoelhar como quem se ajoelha diante do Terror. Deus Filho tornou-se Homem para nos apresentar a Deus Pai, e ao vê-Lo como Homem, exclamou: “Deus é Amor”.

Declaração de Princípios

Antes do Concílio de Nicéia, celebrado em 325 de nossa Era Cristã, concílio no qual a Igreja Católica adotou o título de Romana em resposta ao arianismo, título no qual o protestantismo anglicano não quis ver mais do que a onipresença do Sucessor de São Pedro, agindo assim o protestantismo anglicano à maneira de uma religião sectária, exigindo uma ruptura esquizoide, irreversível e incontestável contra a Memória Histórica da Nação — exigência que a História Universal viu se concretizar no processo de expansão do Islã, cuja conversão determinou a demonização de todo o passado do povo submetido a ferro e fogo ao Alcorão, e porque era necessário que o Catolicismo Jesuscristão erguesse uma barreira visível entre a Igreja Apostólica e aquele arianismo que negava o Dogma da Trindade e, conseqüentemente, a Divindade do FILHO; até o advento do referido Concílio Universal de 325 d.C.: a Declaração de Fé, sob pena de morte, professada por todas as igrejas, pode ser resumida nas seguintes palavras:

“YAVÉ DEUS é o Senhor dos exércitos das Sagradas Escrituras dos hebreus, o Deus dos deuses do patriarca Abraão, do profeta Moisés e do rei Davi:

YAVÉ DEUS é o PAI de JESUS CRISTO, o Autor Intelectual da Bíblia e Pai da Igreja Católica Romana:

de modo que quem não acredita na Igreja Católica Romana não acredita em Jesus Cristo, seu Esposo e Senhor, e quem não acredita em Jesus Cristo não acredita em seu Pai, YAVÉ DEUS.”

Esta Confissão separa a Vida da Morte. Quem crê, mesmo que morra, viverá para sempre; quem não crê será submetido a julgamento diante daquele em quem não creu.

Pelo sangue do Rebanho de Deus, esta Confissão foi selada diante da História Universal para que quem a ler, pelo Testemunho dos Apóstolos e dos Santos, creia.

Assim, pela Revelação, não pela Razão; pela Sabedoria, não pela Ciência; não pelas filosofias, mas pelos Atos e Palavras dos Apóstolos, descobrimos que YAVÉ DEUS é PAI; seu FILHO Primogênito chama-se JESUS CRISTO. E é sobre esse FILHO que se escreve e se lê:

“Deus de Deus, gerado da Natureza Incriada de Deus. Tu, Deus, Jesus Cristo, Filho Unigênito de YAVÉ, DEUS PAI!”.

Este Unigênito-Primogênito de Deus foi quem se fez homem e nasceu em Belém de Judá durante o império de César Otávio Augusto, no final do reinado de Herodes Ben Antípater, no primeiro ano do Século de Cristo.

Este JESUS, Filho Unigênito de Deus, veio ao mundo para adquirir nossa Salvação e Redenção ao preço do sangue de CRISTO.

Esse Redentor, enquanto esteve no mundo, nos revelou o Homem que, no Princípio, Deus criou à Sua Imagem e Semelhança. Esse Homem é Cristo. E esse Homem está em nós.

Esse Homem é aquele que confessa, com o coração transbordando de eternidade e o espírito aberto ao infinito, que o Primogênito de Deus, Jesus, o Cristo, é o Modelo eterno à cuja Imagem e Semelhança Deus criou o Homem.

Aquele Jesus que veio ao mundo para nos oferecer a vida eterna, esse Jesus é o Filho Unigênito de Deus, incriado, não criado, princípio e fim da Criação, alfa e ômega da atividade Divina, o primeiro e o último de sua Natureza: Deus Filho Unigênito, nosso Rei e Senhor, nosso Mestre e Salvador.

Com relação a essa fé, cumpre-se a Palavra de Deus, que diz: “O justo viverá da fé”.

Essa confissão, tão simples e elementar quanto possível, essa declaração elementar e simples de fé, assim como hoje ainda custa a vida a muitos homens e mulheres na África e na Ásia, também antigamente, antes de Nicéia, significou a morte de todos aqueles que acreditavam que Jesus Cristo é Deus Filho.

Nós, hoje, independentemente da reação de quem a ouve ou a escute, continuamos a confessar a Declaração Universal que toda a Criação confessa com a boca e vive com o coração:

Artigo Primeiro: Deus é Amor

Deus, voluntária e livremente, movido pelo Amor a seu Filho, transformou sua Criação em um Único Reino Universal Eterno, cuja Coroa reside na Cabeça de Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus Pai, por meio de quem o Trono de seu Filho se torna Onipotente, Onipotente e Onisciente; Glória da qual participam aqueles que herdaram com Ele o Reino de YAVÉ DEUS, Criador dos Céus e da Terra, de tudo o que é visível e invisível, criador da Luz e das Trevas que cobrem o Abismo.

Este Espírito que vive no PAI e no FILHO encarnou-se, tornou-se Homem e, descendo do Filho na forma de línguas de fogo, gerou ao Espírito Santo um Corpo de Glória: para o Bem e a Salvação da plenitude das Nações de sua Criação. Este Corpo Santo, co-herdeiro do Reino de Deus, cuja Cabeça é o FILHO, foi gerado por YAVÉ DEUS para estar, por toda a eternidade, presente no meio dos povos que preenchem seu Paraíso, manter a Verdade viva para sempre e ser o Jardineiro que lavra a terra de seu Senhor, tornando impossível um rebroto da Semente do Conhecimento do Bem e do Mal, pois diante do Espírito de Deus nada pode ser escondido nem permanecer oculto.

De fato, nenhuma outra força além do Amor à Vida está na origem do impulso que levou Deus a Criar este Reino Eterno, espaço onde a Plenitude das Nações de sua Criação compartilham uma mesma Vida e se relacionam com seu Criador à luz do Amor à sua Infinita Sabedoria.

A doutrina do protestantismo anglicano, de corte calvinista, que equipara o DEUS YAHVÉ a um Ser Todo-Poderoso que dirige a Ciência do Bem e do Mal à sua vontade, é, assim como o arianismo em sua época, uma negação da Teologia de Jesus Cristo dos Padres do Concílio de Nicéia, e, conseqüentemente, foi inimiga do Espírito Santo, que, pela boca de seus filhos, disse: “Deus é Amor”.

Ora, o que há de mais contrário ao Amor à Vida do que um Deus maléfico, criador de mundos com o único propósito de passar a Eternidade matando o tempo no Jogo Apocalíptico da Salvação? O calvinismo anglicano, baseando sua defesa na impossibilidade de uma criatura se opor ao Desígnio de seu Criador, absolveu o Diabo de ser o autor intelectual da Queda.

Artigo Segundo: Deus é Pai

A Sabedoria de Deus Pai é a fonte da qual emana a Constituição do Reino de seu Filho; Constituição pela qual todas as civilizações dos povos da Criação se regem, e a plenitude de suas nações se articula.

Essa Constituição Universal tem na Paternidade Divina sua Origem e seu Princípio. A partir dessa Paternidade e por meio dela, Deus legisla a partir de sua Onisciência e julga a partir de sua Presciência, tendo a Verdade como princípio, meio e fim de sua ação.

Filhos de Deus, cidadãos de Seu Reino, corremos espontaneamente em direção a Ele e nos lançamos em Seus braços, clamando com todo o nosso ser: “Pai Nosso”! E porque todos os cidadãos do Reino do Filho de Deus participamos dessa filiação, o espírito da Fraternidade rege as relações entre todos os povos e nações que vivemos em Seu Reino.

É por esse Espírito de Fraternidade Universal que nascem as Leis, e os Direitos e Deveres de todos os Cidadãos do Reino de Deus, por Amor a esse espírito, unem toda a Vida criada à Imagem e semelhança do Filho de Deus em uma Família Universal, na qual cada Povo é um Ramo da Árvore da Vida. A Justiça, a Paz e a Liberdade são o Fruto dessa Árvore Divina.

Artigo Terceiro: YAVÉ é DEUS

YAVÉ é o nome do Ser Divino que criou o campo das galáxias e o oceano de estrelas do Universo. ELE é o Criador do Cosmos e de tudo o que existe no Universo. Ele é a fonte da qual brota o Futuro de todas as coisas, às quais, com seu Ser, sustenta e, com sua Palavra, conduz em direção ao horizonte que jamais se alcança e que tem no Infinito seu nascer.

YAVÉ é a fonte do rio da Vida; ÉL é quem mantém o Futuro da Plenitude das Nações em crescimento eterno e alegre, e faz com que seu curso desagüe no oceano de sua Onisciência. Tudo o que existe no Cosmos, assim como no Universo, tem n’Ele, YAVÉ, PAI de JESUS

CRISTO: sua causa física, a fonte de energia que permite ao Cosmos crescer pela Eternidade. E sem Ele nada existiria.

ELE, YAVE DEUS, Pai de JESUS CRISTO, criou o BIG BANG que deu origem ao Campo das Galáxias, estabelecendo um Antes e um Depois, um Fim e um Princípio no seio do Cosmos Incrindo, seu Universo de Origem. Tudo o que existe, tanto a Luz quanto as Trevas, existe porque ELE é o DEUS VERDADEIRO, Senhor do Infinito e da Eternidade, Esposo da Sabedoria Criadora.

YAVÉ é o Nome de DEUS, PAI DO REI: JESUS CRISTO; quem não crê em seu NOME não conhecerá a Vida eterna; quem não vive em YAVÉ: CRIADOR DOS CÉUS E DA TERRA, vive na Mentira, e a Mentira será seu túmulo.

Artigo Quatro: Deus é o Senhor

Por direito de Criação, tudo pertence a YAVÉ DEUS. ELE detém todos os direitos de propriedade sobre toda a Sua Criação. Todas as coisas, tanto as do Cosmos quanto as do Universo, tanto as do Céu quanto as da Terra, todas Lhe pertencem, e ELE as governa a partir de Sua Sabedoria Infinita.

YAVÉ DEUS concedeu a Coroa de seu Reino Universal ao seu Filho Unigênito JESUS CRISTO, em quem, assim como Ele vive no Pai: nele vive DEUS. E este JESUS CRISTO, DEUS FILHO UNIGÊNITO, é o Rei da Plenitude das Nações, que as governa a serviço de seu PAI, e quem tiver outro REI que não seja o FILHO DE DEUS, aqui na Terra como no Céu, declara-se em guerra contra DEUS, seu PAI.

Assim como no Céu foi abolida toda coroa, conforme está escrito no Apocalipse: TU, JESUS CRISTO, DEUS VERDADEIRO DE DEUS VERDADEIRO, assim também na Terra será abolido todo trono, e todos os joelhos da humanidade se dobrarão diante do REI UNIVERSAL E ETERNO JESUS CRISTO; o povo que não o fizer será apagado do Livro da Vida.

Artigo Quinto: O Rei é o Filho Unigênito

Deus concedeu à sua Criação um ÚNICO REI UNIVERSAL E ETERNO, no qual habita o Espírito do CRIADOR.

O REI possui toda a onisciência e todo o poder em seu PAI. Seu Pai é YAVÉ DEUS.

Ao Pai cabe a adoração de todas as criaturas do Universo; ao Filho, a obediência de todos os cidadãos de seu Reino.

O Rei é o Filho Unigênito. Filho Amado: Ele é a causa metafísica da Criação de Deus.

Como Rei, Ele é o Chefe de todos os exércitos do Reino de Deus; Ele é o Braço de YAVÉ, seu Pai. Ele é o Príncipe dos príncipes do Céu, o Primogênito dos filhos de Deus.

Artigo Seis: O Senhor dos exércitos

YAVÉ DEUS é o Senhor dos exércitos de seu Reino. À frente de todos os exércitos da Plenitude das Nações do Universo, ELE colocou seu Primogênito, nosso Rei, seu Filho Amado.

Todos os exércitos de seu Reino obedecem única e exclusivamente ao seu Rei Universal Eterno, e somente à ordem de sua Voz eles se movem.

Nenhum poder executivo alheio à Sua Coroa detém o Poder da Guerra e da Paz.

Todas as Nações do Reino de Deus colocam seus exércitos aos pés do Rei, cujo Conselho detém o Poder da Guerra e da Paz. Esse Conselho tem no Pai, YAVÉ Deus, sua Cabeça Todo-Poderosa e Onisciente.

Todos os exércitos da Plenitude das Nações são regidos por esta Lei de Obediência ao Conselho do Rei dos Céus. Nenhum governo detém o poder sobre os exércitos da nação à qual pertencem. Ao Rei, de fato, e somente ao Rei, seu Pai, Deus, concedeu esse poder. Seu Filho, nosso Rei, é seu Braço, o Braço direito de YAVÉ, Senhor dos exércitos.

A Plenitude das Nações do Gênero Humano estabelecerá a Paz Mundial, consigo mesma e com as Nações dos Povos do Reino de Deus, de acordo com esta Lei do SENHOR.

O Conselho dos filhos de Deus, da Casa do Rei, terá na Terra a Voz de seu Pai que está nos Céus. O Poder que se levantar contra a Casa dos filhos de Deus, invocando divisão contra a Fraternidade Universal com base no nacionalismo, levanta-se contra o Rei, torna-se inimigo de Deus e será apagado do Livro da História da Humanidade.

Artigo Sete: O Sumo Pontífice

O REI é o Único Sumo Pontífice da Plenitude das Nações. A Plenitude das Nações da Criação tem uma única religião, um único Deus e um único Sumo Pontífice, em torno do qual todos os povos do universo se unem para adorar o Deus Verdadeiro, YAVÉ DEUS PAI, Criador de todas as coisas, tanto do Céu quanto da Terra, cujo Espírito Santo anima tudo e mantém tudo em crescimento saudável e alegre.

Ele é JESUS CRISTO: Sumo Pontífice Universal Eterno. Ele é o Único SER Vivo que permanece de pé diante do Deus da Eternidade e do Infinito. Seu Nome é JESUS CRISTO; por Amor a Ele, seu Pai mantém todas as coisas em existência e vida.

Quem não ama o Filho de Deus não ama a Deus. Quem não tem a religião do Filho de Deus, não tem religião. Essa religião consiste na adoração a Deus: PAI e FILHO: duas Pessoas e um único Espírito Divino: Santo, imarcescível, incorruptível

Quem nega que este Espírito Santo do Criador provém do Pai e do Filho, nega a Deus; seu destino será o dos inimigos do Rei e de seu Deus.

Quem nega que o Filho é o Verdadeiro Deus, conforme confessa a Revelação da Santa Madre Igreja Católica, nega a VERACIDADE de Deus Pai.

JESUS CRISTO: Rei Universal e Sumo Pontífice Eterno, Ele é a Cabeça de todas as criaturas do Reino de seu Pai. Sem Ele, não existimos. Ele é a Videira, o Tronco da Árvore da Vida, do qual se desprendem os mundos como ramos.

Seu Pai, YAVÉ DEUS, é o VINHADOR, o Jardineiro Divino que cultiva a Árvore da Vida dos Mundos, Vida à Imagem e Semelhança de Seu Filho; por Amor a Ele, todos somos adotados como filhos e, como filhos, participamos de todos os Direitos Divinos naturais aos filhos de Deus. A Vida eterna nos pertence por Direito de Adoção Verdadeira.

Artigo Oito: A Igreja

JESUS CRISTO, Sumo Pontífice Divino, é a Única Cabeça Suprema — e, por ser Divina, Visível — de todos os bispos, de todos os sacerdotes e de todos os pastores da Plenitude das Nações. Somente a Ele devem obediência eterna e infinita todos os bispos, sacerdotes e pastores que, com Ele e nEle, formam um único e só Corpo, sagrado e eterno: a Igreja.

Essa Igreja, seu Corpo, a Esposa de Cristo, conforme está escrito na Revelação Divina: tem por Morada todo o Reino de Deus e, no meio da Plenitude das Nações, mantém viva a Doutrina da Eternidade e do Infinito: YAVÉ é o Deus Verdadeiro e o Pai Eterno

Em JESUS CRISTO, seu Unigênito, YAVÉ DEUS, Seu Pai, tem sua Alegria eterna; em sua Primogenitura, toda a Criação encontrou sua Felicidade perfeita. Glória ao Pai, Glória ao Filho, Duas Pessoas, um Único Espírito Divino, Santo, do qual se diz que DEUS É AMOR.

Artigo Nono: Deus é Juiz

Criador e Fundador do Reino dos Céus, cuja Coroa Lhe pertence e Ele a compartilha em vida com Seu Filho, pois, sendo Deus, Ele não pode morrer, e Seu Filho herda em vida a Coroa que, por direito de primogenitura, Lhe pertence; sendo seu Criador e Fundador, YAVÉ Deus reservou para o Rei a Presidência do Supremo Tribunal de Justiça, cuja jurisdição abrange a plenitude das nações de Seu Reino, colocando assim Deus nas mãos do Rei o poder ilimitado para julgar, na qualidade de presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Seu Reino.

Ao herdar o Filho, ainda em vida, a Coroa que deveria herdar após a morte do Pai, sendo o Pai Deus: seu Pai abriu seu testamento em vida para que, ainda em vida, sendo o Filho de suas entranhas, seu Filho desfrutasse do que de outra forma jamais poderia.

Ele o glorificou ao nascer, abolindo toda coroa e elevando a Sua até o Trono de Deus, seu Pai; e voltou a glorificá-lo ao ressuscitar, sentando-o no Trono do Presidente do Tribunal de Justiça de seu Reino, com poder ilimitado para proferir sentenças, à medida do próprio Deus, incluindo a Absolvição Universal.

Artigo Dez: A Lei da Igualdade

Todos os cidadãos do Reino dos Céus, na qualidade de filhos de Deus, independentemente da nação de origem, desfrutamos da mesma igualdade perante a lei.

Todos os cidadãos do Reino de Deus, sem exceção, desde os príncipes que se assentam à direita do Pai até o menor de seus filhos, todos os cidadãos da Plenitude das Nações somos responsáveis por nossos atos perante Sua Justiça; todos estamos sujeitos à Lei Universal da Igualdade na Responsabilidade.

Artigo 11: A Lei da Liberdade

Deus é o Senhor e a Ele pertence a terra onde habita a Plenitude das Nações. Herdeiro de Seu Pai, participante de todos os Seus bens, o Rei é o Senhor da terra onde todas as Nações habitam. As fronteiras de Seu Reino se estendem ao redor da Plenitude das Nações. Nós, cidadãos da Plenitude das Nações de seu Reino, somos livres e desfrutamos da liberdade de movimento daqueles que têm Deus como Pai e o Rei do Céu como Irmão.

Artigo Doze: A Lei da Fraternidade

Todos os bens e riquezas da Plenitude das Nações, tanto da terra quanto das pessoas, pertencem a Deus. Todos os cidadãos de Seu Reino, independentemente de sua nação, possuímos por nascimento o direito de uso e gozo de todos os bens e riquezas do Universo. É Deus quem multiplica os bens e as riquezas de Seu Reino, seja por meio da Natureza, seja por meio de Seus filhos, visando à felicidade da Plenitude das Nações.

Artigo Treze: A Lei da Inteligência

Deus cria seus filhos inteligentes à imagem e semelhança de seu Filho para o enriquecimento da Plenitude das Nações em todas as classes de ciências e tecnologias. Sendo Deus a Origem de todo o Conhecimento, todos os benefícios provêm de sua Onisciência e estão sujeitos à Lei da Fraternidade eterna. Pois Deus atua em todos para o enriquecimento e o crescimento de todos no Conhecimento de todas as coisas.

Artigo 14: A Lei da Paz

Nós, filhos de Deus, temos o direito de garantir que a Plenitude das Nações tenha acesso gratuito e livre à Biblioteca do Conhecimento Universal, para a satisfação e felicidade de seus povos em tudo o que diz respeito às necessidades de estruturas e infraestruturas relacionadas às tecnologias e ciências da paz e da saúde.

A Plenitude das Nações, seja por meio dos Filhos de Deus e de suas Fundações, a partir de projetos privados ou internacionais, seja por meio de seu Conselho, tem o dever de disponibilizar todos os meios financeiros e econômicos necessários para que esta Norma de Sabedoria seja cumprida, e para que as nações mais distantes do Modelo Social de Civilização se aproximem do centro universal sem ter que percorrer o longo e estreito caminho trilhado pelas nações que compõem seu núcleo.

Nenhum Mundo nem nenhum Sistema de Civilização pode subsistir no tempo e no espaço sujeito a uma diferença crônica e invencível entre suas Nações. A desigualdade insuperável, resultante da destruição constante dos modelos temporários, leva os Mundos ao seu desaparecimento da face do Universo por meio do desgaste progressivo dos recursos naturais e do aumento cíclico das armas de combate entre aqueles que impõem a desigualdade como meio de subsistência. Se quem semeia ventos colhe tempestades, o que colherão aqueles que semeiam tempestades? Oferecer livre e gratuitamente a todos os povos os frutos da civilização é oferecer a todas as nações o fruto da árvore da vida: que é a paz.

Artigo Quinze: A Lei da Guerra

O fruto da árvore proibida é a Guerra.

O Direito Natural Divino estabelece que o acesso e a participação no desenvolvimento das ciências da árvore das Tecnologias de Defesa sejam proibidos a qualquer agente externo ao Corpo dos Exércitos da Plenitude das Nações.

O Direito Natural Divino estabelece que o fruto da árvore das Tecnologias de Defesa esteja sob a administração do Conselho Universal dos filhos de Deus e, conseqüentemente, estabelece a proibição expressa da venda de produtos e informações, sob pena de crime contra a Segurança de seu Reino.

Ninguém pode vender a terceiros, por meio de uma segunda tecnologia e informação, sem provocar na Comunidade Internacional fissuras bélicas e, nas nações, terremotos ditatoriais. Para o cumprimento desta Lei pela Paz e pela Segurança da Humanidade, os filhos de Deus têm o dever de promover e estabelecer a formação de um Conselho de Chefes de Estado-Maior como responsável e garante do cumprimento desta Lei, e de submeter esse Conselho ao Tribunal da Plenitude das Nações do Reino de Deus na Terra.

A história tem demonstrado, com exemplos terríveis, como as tecnologias de defesa nas mãos de grupos privados se tornam a origem de terremotos bélicos que arrasam o progresso das nações em desenvolvimento em nome dos lucros desse grupo de produção, e como tais grupos são inimigos da paz mundial em todos os níveis, pois, ao terem de viver a todo custo da venda de seus produtos, a obrigação os leva a criar novas guerras, semeando o ódio entre as nações como meio de gerar vendas.

Embora, no início, Deus não tenha querido nos introduzir, por meio da experiência, ao conhecimento da Ciência do bem e do mal, uma vez provocado o conflito cósmico no qual a humanidade ainda está presa, Deus, em sua onisciência, dispôs-se a nos conduzir ao conhecimento de todas as leis no menor tempo possível, mesmo à custa da tragédia tão imensa que esse espetáculo representa.

Assim, o Conhecimento das leis dessa Ciência é a plataforma a partir da qual articular a estrutura do Futuro sobre a Rocha de nossa experiência. Sabendo que o destino de todo mundo sujeito às leis da Ciência do bem e do mal é seu desaparecimento apocalíptico, nas palavras de Deus: “seu retorno ao pó cósmico”, a experiência une-se à Ciência para estabelecer as bases de uma Arquitetura Biopolítica, de acordo com cujos axiomas e espírito — o bem de todos por meio da participação de todos em tudo — se articula o Edifício da Plenitude das Nações.

Nesse campo, sem violência, mas sem concessões, todos os filhos de Deus temos o dever de contribuir com nosso grão de areia, sabendo que a pedreira da qual cada um de nós retira seu grão tem, em nosso Criador, sua origem. Portanto: as tecnologias de defesa servem à paz, e o processo de produção estará sujeito a essa norma de paz e segurança.

Artigo Dezesseis: A Lei da Segurança

O fruto da árvore da Vida é a Paz.

As nações não podem ter o acesso à Paz bloqueado em virtude do interesse privado de certos grupos financeiros de caráter internacional; nem nós, filhos de Deus, podemos aceitar que o gozo da Liberdade fique sujeito aos objetivos desses grupos de pressão, estrangeiros ou locais, cujas metas e fins têm na destabilização dos governos a porta de entrada para saquear e roubar as riquezas das nações.

O Conselho Universal da Plenitude das Nações não pode garantir a Paz e a Liberdade Internacional sem o Poder para enfrentar esses grupos, submetê-los às leis e declará-los fora da Lei caso persistam em suas ações contra a Segurança.

Tendo isso em vista, o Direito Natural Divino estabelece que o Conselho dos Filhos de Deus esteja investido de todo o poder para decretar a expropriação dos bens de qualquer associação financeira internacional que tenha na desestabilização dos governos nacionais seu meio de lucro.

O Direito Natural Divino estabelece que o Tribunal Universal dos Filhos de Deus tem o poder de decretar a desintegração das associações financeiras internacionais que operem sob uma lei de legalidade imperial, sem validade jurídica nesta Nova Era, e de levar perante a Corte Internacional de Justiça seus líderes e colaboradores locais, da cabeça aos pés.

A intervenção na economia de uma nação por um grupo de interesses, físico ou jurídico, externo ao poder legislativo da nação afetada implica sua invasão por um Estado sem pátria, cuja atividade, embora mascarada pela legitimidade de operações financeiras, tem como objetivo uma atividade terrorista internacional, que é a desestabilização do governo de um povo em função dos interesses do grupo financeiro invasor.

Assim, qualquer intervenção de um grupo de interesses financeiros contra a legalidade de um governo de Direito constitui um atentado à segurança, pelo qual se responsabiliza o Estado que apoia os interesses desse grupo, colocando à sua disposição seus recursos nacionais, sejam eles militares ou logísticos, sendo que os povos sofrem as consequências, como se tem visto nos últimos tempos.

Daí se conclui que todo grupo financeiro que, valendo-se da liberdade internacional, atue na economia de uma nação para desestabilizar seu governo perde todos os seus direitos internacionais a partir do momento em que usa a liberdade como meio de empobrecer o povo e o empobrecimento como meio de desestabilizar a paz.

A história das nações tem demonstrado, com inúmeros exemplos, como o terrorismo desses grupos financeiros contra um governo legitimamente estabelecido conduz os povos às profundezas do inferno, destino que suas vítimas de forma alguma mereciam.

O futuro da humanidade e de um reino que olha para um horizonte sem fim: só pode desfrutar da alegria e da felicidade de avançar sob um céu sem nuvens a partir do poder de um Tribunal Mundial para a defesa da legitimidade dos governos dos povos.

Artigo 17: Lei do Pão

A propriedade de todas as coisas do Universo, tanto dos Céus quanto da Terra, pertence a Deus, seu Criador.

Todas as criaturas somos alimentadas por nosso Criador por meio de Sua Criação. Qualquer limitação à produção ou destruição dos bens da terra cultivável em razão de interesses privados ou comunitários constitui um crime contra a Humanidade.

Nenhuma razão justifica a morte por fome das nações do mundo em nome de um mercado que ordena a destruição de milhões de toneladas por ano de produtos vitais para a vida e o crescimento alegre e saudável das nações. A capacidade desse mercado e das comunidades de ordenar a destruição e limitar a produtividade da terra para a produção de alimentos é um crime contra a humanidade.

Nós, filhos de Deus, temos o direito de abolir essa capacidade criminosa do mercado de assassinar por fome multidões inteiras em nome do conceito criminoso de estabilidade de preços. Nenhum preço justifica o assassinato em massa dos povos da humanidade.

Nós, filhos de Deus, temos o dever de abolir esse sistema de cotas de produção e libertar a terra das correntes que os interesses dos líderes de todos os tempos lançaram sobre ela.

Artigo Dezoito: A Lei da Terra

A propriedade legal da terra pertence a Deus, que a criou para alimentar todas as suas criaturas com os frutos da terra.

Esse Direito Divino confere ao Conselho da Plenitude das Nações de seu Reino poder ilimitado para a distribuição dos frutos da terra entre os povos de seu Reino em momentos de necessidade. Nesses momentos, todos os excedentes armazenados e todas as colheitas estarão à disposição do Tribunal dos filhos de Deus para socorrer as necessidades dos povos irmãos.

Artigo Dezenove: A Lei da Propriedade

Todas as criaturas somos irmãos, pelo amor do Filho à Criação de seu Pai, nosso Criador.

Nosso Criador e Pai determinou que a capacidade da terra de alimentar seus filhos fosse ilimitada. Mas as guerras entre aqueles que, em sua ignorância, se rebelaram contra essa Disposição Divina — segundo a qual todos os recursos são propriedade de todos os homens e estão sujeitos à sua Distribuição Internacional de acordo com a necessidade —, essas guerras, assim como a maré apaga da costa a escrita na praia, desfizeram o que Deus fez e entregaram o direito de propriedade da terra à criatura, deserdando o Criador de sua Criação.

Daí provém essa loucura das fomes que devoraram multidões inteiras diante de nossos olhos, tendo assistido impotentes ao espetáculo desumano da destruição dos alimentos excedentes, por meio do fogo e das cotas, o Direito Natural Divino estabelece que o abandono da terra cultivável por seus proprietários temporários implique a reversão, a esse Direito da

Criação, do título de propriedade, que será concedido livre e gratuitamente àquele que der à terra o que a terra deseja, e por meio dessa satisfação o homem sacie a necessidade dos seus e de todos os demais seres humanos.

Artigo Vinte: A Lei da Humanidade

A Propriedade Legal da terra cultivável, da qual depende a vida de seus filhos, pertence a Deus de forma inalienável. Sua propriedade temporária é concedida àquele que a cultiva, e está disposto no Direito Natural Divino que ela permaneça em sua família enquanto houver mãos para trabalhá-la.

Pertencendo em usufruto àquele que a cultiva, a terra não pode ser vendida nem comprada; ao término do trabalho, por falta de mãos familiares, a terra reverterá ao seu Criador, passando a ser cultivada por quem continuar a dar à terra o que ela pede: as mãos do homem. Desse trabalho, e não da tecnologia e das ciências do lazer, depende a vida da Humanidade.

Daí que, quando Deus criou o Homem e, dentre eles, foi escolher aquele que seria o maior, Ele escolheu para Si um jardineiro, um camponês, um lavrador. Herdeiro de seu Pai, a quem pertencem todas as coisas, ao herdar a propriedade da Terra, seu Pai a preservava da pilhagem e da escravidão às quais, mais tarde, contra a sua Vontade, a terra foi submetida, encontrando-se — ela que foi criada com capacidade ilimitada — na contradição de ver seus filhos morrerem de fome.

Essa Propriedade reverte, portanto, para as mãos da Humanidade, cujo Chefe foi Adão, e atualmente Jesus Cristo, o Legítimo Dono e Senhor de todas as coisas, tanto do Céu quanto da Terra.

Artigo Vinte e Um: A Lei do Futuro

O Direito Natural Divino estabelece que as mãos que expropriaram o Senhor de Sua Criação, reduzindo à escravidão os filhos da terra, não têm nenhum direito sobre a terra. São mãos criminosas.

A história universal é rica em exemplos sem nome e generosa em lições sem título. A existência do latifundiário é um crime contra a Humanidade, cujo fruto tem se revelado a ignorância, a miséria e a guerra civil.

A terra pertence àqueles que a habitam e dela vivem, sustentando a Humanidade com o fruto de seu trabalho, começando por si mesmos e por seus lares.

Nós, filhos de Deus, temos o direito de abolir essa forma de crime, herdada do passado, pela qual os filhos da terra eram alienados do meio que o Criador lhes deu para viver e com o qual participavam da sociedade por meio da produção dos frutos da terra, sem os quais a Humanidade não pode viver.

A abolição dessa forma criminosa de administração da terra será realizada pela Plenitude das Nações do Reino. Assim como é abolida no Céu, assim também na Terra.

Artigo Vinte e Dois: A Lei da Saúde

Nós, filhos de Deus, temos o Dever de declarar crime contra a Humanidade a vigilância e a proteção de todas as barreiras que impedem o acesso de todos os povos do Reino de Deus às tecnologias de Saúde, Física e Mental dos seres humanos, cuja proteção e vigilância, em nome de qualquer tipo de sistema e legalidade, constitui a condenação à morte de multidões de criaturas.

Nós, filhos de Deus, temos o dever de dotar o Conselho da Plenitude das Nações de um Comitê de Emergência dotado de todo o poder sobre as empresas públicas e privadas das Nações do Reino de Deus dedicadas à produção médica, em todas as suas formas, a fim de garantir a distribuição, livre e gratuita, de seus produtos entre as nações, de acordo com a necessidade.

Os medicamentos são a arma com a qual uma criatura luta pela vida contra a Morte. Se for privada deles, é lançada na arena dos leões, para que se alimentem as feras que, até hoje, muitos homens carregam dentro de si.

Mas o Criador colocou todos os recursos de sua Criação nas mãos de seus filhos para a Vitória de suas criaturas.

Artigo Vinte e Três: A Lei da Sabedoria

Nós, filhos de Deus, temos o dever de financiar e coordenar todos os esforços dos sábios da Plenitude das Nações, libertando a Ciência das ciências, da Saúde e de todos os interesses privados, estatais e individuais, criando uma Comunidade Científica unida e consagrada, em vida, à Vitória da Humanidade contra todas as doenças, hereditárias e seculares, que parasitam o ser humano desde os dias da Queda de Adão.

Os frutos dessa Comunidade serão Patrimônio da Humanidade e entregues às Nações, de forma gratuita e livre, para a alegria de todos os seres humanos.

Artigo Vinte e Quatro: A Lei da Verdade

Todos os filhos de Deus, sem exceção, somos responsáveis perante a Justiça por nossos atos criminosos contra nossos semelhantes.

Nós, filhos de Deus, temos o Direito de libertar a Justiça de qualquer tipo de submissão ao Poder Político e Religioso, para que sejam cumpridos, a partir da Liberdade, os princípios da Verdade, entre os quais a Igualdade de todas as criaturas aos olhos da Justiça Divina de nosso Criador é a Rocha sobre a qual se ergue o Seu Reino.

E temos o dever de dotar a Justiça de todo o poder jurisdicional para garantir que essa Lei seja cumprida por todos os cidadãos, sem exceção.

Qualquer desvio desse Princípio Eterno e qualquer exceção a essa Regra Divina é uma porta que conduz ao terrorismo da Ciência do bem e do mal, de cujas chamas e horrores estamos fartos até o vômito e embriagados até a ira

Artigo Vinte e Cinco: A Batalha Final

Em Sua onisciência para articular Sua civilização com vistas à vida eterna, Deus estabeleceu que Seu Reino tenha como coluna mestra de sua estrutura um Poder Judiciário com poder legislativo ilimitado para combater o crime, a delinquência, o terrorismo... o mal em todas as suas formas.

Tendo elevado à Cabeça desse Órgão seu Filho, nosso Rei eterno, nós, filhos de Deus, temos o Dever de estruturar o Órgão da Justiça de nossa Civilização à imagem e semelhança do modelo divino, cujo Princípio é a Verdade e cujo Fim é a Paz.

Sendo o exército dos juízes a vanguarda de choque na Batalha da Humanidade contra o Crime, em todas as suas formas, cabe ao Poder Judiciário legislar todas as medidas sem as quais a Batalha está perdida e cuja aplicação nos garantirá a Vitória.

É nosso dever abolir essa faculdade do Corpo Político de alienar a Justiça do Poder Legislativo Anticriminal, sem o qual a batalha contra o Crime Organizado — nacional e internacional — cresce e estende seus tentáculos até o núcleo duro dos governos democráticos.

Artigo Vinte e Seis: O Modelo Divino

Em sua luta para nos conduzir das trevas à luz da Verdade, Deus quis que nossa Civilização contivesse em seu seio a semente dos valores que a Sua contém em árvores maduras, cujo fruto, a Paz, alimenta a Plenitude das Nações de seu Reino.

É nosso Dever moldar nossa Civilização à imagem e semelhança da Divina.

Por isso, nós, filhos de Deus da Plenitude das Nações, temos o dever de assinar a Carta de Adesão ao Tribunal Penal Internacional e conferir ao seu Órgão plenos poderes executivos para garantir que suas ordens de prisão contra os culpados de crimes contra a humanidade sejam cumpridas sem qualquer resistência por parte dos governos aos quais a ordem de captura e extradição for dirigida.

Qualquer recusa por parte de um governo em se submeter à Justiça Internacional seja considerada rebelião contra a Humanidade, e que esse governo fique sujeito a investigação por colaboração e cumplicidade nos crimes contra a Humanidade perpetrados pelo indivíduo contra o qual o Tribunal tenha emitido ordem de prisão e extradição.

Artigo 27: Defesa e Liberdade

Na luta comum entre Criador e Criatura, Deus e Homem, contra os sistemas e males herdados do passado e inerentes à ciência do bem e do mal, e com o objetivo de impedir que tais sistemas e organizações criminosas, que sob a bandeira de ideologias e religiões ascendem ao poder para, a partir dele, devastar os povos — tanto os próprios quanto os vizinhos —, tenham acesso ao Futuro, nós, os filhos de Deus da Plenitude das Nações, temos o Dever de fundar um Tribunal de Apelação Universal, perante cujo Tribunal os povos, vítimas de tais monstros, possam pedir Defesa e Liberdade.

O Tribunal de Apelação Universal defenderá a Causa perante o Tribunal Penal Internacional e perante o Conselho da Plenitude das Nações, mobilizando ambos em prol da Liberdade e da Defesa dos povos aprisionados sob as rodas da Tirania.

O Tribunal decretará um mandado de prisão internacional e o Conselho mobilizará as forças de captura necessárias.

Todos os governos da Plenitude das Nações trabalharão com o Tribunal pela Defesa dos Povos, colocando à sua disposição todos os meios necessários para o desenvolvimento da Vitória de todos contra os tiranos e ditadores cujo alimento é a carne humana e cuja bebida é o sangue humano.

O Conselho entregará tais monstros ao Tribunal para que sejam julgados por seus crimes contra a Humanidade.

Artigo Vinte e Oito: A Lei da Vida

O Direito Natural Divino estabelece que os estrangeiros que fogem em busca de refúgio das guerras civis, e, famintos e sedentos de Justiça e Liberdade, e temendo por suas vidas, peregrinem em direção a uma terra prometida em busca da natureza humana que lhes é negada em seus locais de origem: sejam acolhidos como irmãos e vivam sob a proteção do

Direito, estabelecendo-se como crime contra a Humanidade qualquer forma de escravidão por parte daqueles que manipulam sua situação para enriquecer, seja por meio do salário, seja por meio da prostituição.

Fundando sua Criação sobre uma Nova Rocha, contra cujos átomos se desintegre qualquer possibilidade de ressurgimento da Ciência do bem e do mal no Universo, Deus amaldiçoou a escravidão e decretou sentença de Exílio de seu Reino contra o escravizador.

Daí que o Direito Natural Divino estabeleça que nós, filhos de Deus, temos o dever de submeter todas as coisas à Lei da Igualdade, de modo que duas pessoas que realizam a mesma tarefa não possam receber uma miséria, por ser estrangeira, e a outra, glória, por ser filha do país.

Tanto o estrangeiro quanto os nativos, todos somos filhos da mesma Terra; todos temos direito ao mesmo salário pelo mesmo trabalho.

Artigo Vinte e Nove: A Lei da Misericórdia

Não há mais do que um tipo de Misericórdia: “Estava com fome e vocês me deram de comer; com sede e vocês me deram de beber; nu e vocês me vestiram; doente e vocês me curaram; na prisão e vocês me libertaram”.

Quando, tendo o poder de impedir, se permite que Cristo morra no homem, o Direito Natural Divino estabelece que o sangue dos inocentes recaia tanto sobre a cabeça de quem promove isso quanto sobre a de quem permite.

Nós, filhos de Deus, temos o direito de romper fronteiras e passar por cima de governos cuja política assassina é a assinatura da sentença de morte de centenas de milhares de criaturas vítimas das loucuras de seus governos — loucura alimentada pelos interesses financeiros dos monstros internacionais que veem na guerra civil controlada uma fonte de lucro e poder.

A inércia de quem assiste ao crime e a de quem o promoveu são as duas faces da mesma moeda; ambas têm como castigo a mesma sentença: “Ide para o Inferno ranger os dentes”.

A Misericórdia, de fato, não entra em conflito com a Justiça, mas a Justiça entra em conflito com a dureza de coração.

Houve certa vez outro rei que, tendo derrotado o inimigo com um número claramente inferior de soldados, no momento da vitória se deparou com milhares de derrotados e feridos. Sua decisão salomônica foi matá-los todos para não ter que alimentar nem cuidar de nenhum deles. Ele era rei e era cristão; era o rei dos ingleses.

A memória de Deus é infinita e eterna; na hora de retribuir, Ele o fará com misericórdia, tanto ao cristão quanto ao que não o é, oferecendo misericórdia àquele que a recebeu de seu

próximo, amigo ou inimigo, conhecido ou desconhecido, e com justiça, seja cristão ou não, àquele que foi pisoteado pela justiça.

Pois aquele que acredita que, ao confessar que Jesus é o Senhor, já está salvo — ai dele quando o Filho do Homem se levantar para julgar segundo a Lei e não segundo a Esperança! —; naquele dia se verá que Deus julga a cada um pelas obras e não pelas missas nem pelos aleluias cantados em uma manhã de glórias ao Senhor que nos perdoa todos os nossos crimes.

A misericórdia é para quem a concede, não para quem a guarda. Mas se não amamos o estrangeiro que está entre nós e o escravizamos sem misericórdia à vista de todos, retendo seu salário, como nos preocuparemos com aquele que morre em um campo de refugiados a milhares de quilômetros de distância?

Se não nos preocupamos com aquele que está na prisão ao virar da esquina, como nos preocuparemos com aquele que morre na prisão de um tirano por amor à liberdade?

Aquele que detém o poder e não faz nada é tão culpado quanto aquele que não lhe arranca esse poder e o entrega a outro que realmente faça o que deve ser feito.

A fé sem obras é um suicídio, e matar Cristo a partir de uma fé sem obras é um crime.

Que castigo merecerá aquele que mata o homem que Deus criou à sua imagem e semelhança, que está em nós, e gerou em nós ao preço da crucificação de seu Filho?

Artigo Trigésimo: O Dia de Yavé

Todas as nações fomos abandonadas nas mãos de uma geração de filhos de Deus, todos perversos, rebeldes contra seu Pai, contra quem se levantaram e a cujo Reino declararam guerra, preferindo a eternidade no exílio a mais um dia em um universo governado por uma justiça que não faz distinção entre o servo e o filho, entre o príncipe e o cidadão, estabelecendo sobre todos a igualdade eterna.

Não acreditando Deus que a criatura ousasse desafiar seu Criador por meio da política do fato consumado, com o coração traspassado pela lança da Traição, Deus, o Indestrutível, abriu os olhos e, levantando-se, em sua dor ergueu a Voz e, colocando sua cabeça como testemunha, jurou esmagar seu inimigo, dizendo:

Levanto minha mão para o Céu
e juro por minha vida eterna:
quando eu afiar o raio da minha espada
e tomar o julgamento em minhas mãos,
retribuirei com vingança aos meus inimigos

e darei o que merecem àqueles que me odeiam,
embeberei minhas flechas em sangue
e minha espada se saciará de carne,
do sangue dos mortos
e dos cativos, das cabeças
dos chefes inimigos.

Alegria no Céu, tristeza na Terra. Alegria lá em cima porque Deus havia aceitado o desafio e, com essa mesma luva, agora segurando um punho de ferro, devolvia o desafio; tristeza aqui embaixo porque a Batalha Final teria como campo de batalha a Terra. Mas regozijo após o sofrimento:

Regozijai-vos, povo, por seu povo,
pois o sangue
de seus servos, ele vingou-os
de seus inimigos, e fará a expiação
pela terra e pelo seu povo.

Tão grande quanto foi a dor, tão grande é a Esperança; se a dor foi infinita, a Esperança é eterna, e nela a Vitória, firme:

Tua descendência se apoderará
das portas de seus inimigos.

Reduzidos à escravidão, os filhos de Abraão; em suas correntes, Deus revelava que não era para Isaque que Ele olhava, mas para Cristo.

Artigo Trinta e um: O Direito à Verdade

O argumento supremo com o qual uma testemunha pode comprovar, perante um tribunal, a veracidade de seu testemunho é sua vida, seu sangue.

Com seu próprio sangue, Cristo estabeleceu a inocência de Deus em relação a qualquer participação, seja ativa ou passiva, na morte de Adão, por um lado, e a ignorância de Adão em relação às intenções criminosas do anjo rebelde por excelência, o chamado Satanás, cabeça da Serpente, por outro lado.

Por ter havido ignorância, Deus abriu a porta da Redenção, por meio do sacrifício expiatório pelo pecado.

A Lei da Expição — pelo pecado do povo e de seu príncipe — exigia como condição sine qua non a ignorância do transgressor.

A corrupção do judaísmo e a ruptura da Aliança entre Deus e os filhos de Abraão segundo a carne ocorreram quando o sacrifício se transformou em demonismo, ao fazer com que o transgressor pagasse primeiro o preço do crime e, em seguida, passasse a cometê-lo — um demonismo selvagem e monstruoso instituído por costume sagrado que Deus nos revelou no caso de Judas Iscariotes.

Ou seja, havendo premeditação para o crime, não há ignorância, e sem ignorância não há perdão; razão pela qual Deus não podia perdoar aos judeus seu crime, mesmo que Seu Filho o pedisse da Cruz, pois, tendo sido cometido com premeditação, pervertendo a Aliança de Moisés e transformando a Lei em Templo do Pecado, a expiação não poderia ocorrer, e sem expiação não se poderia proceder ao perdão.

Com aquela transformação do sacerdócio aaronita em um negócio — “quanto maior o crime, maior a recompensa, e vou cometê-lo com o perdão garantido” —, o judaísmo, em sua ignorância, defendeu o Inferno e sua ideologia, a mesma que, no Éden, colocou em prática sua filosofia maligna sob a premissa do perdão divino, com base na Paternidade do Juiz do Céu sobre o criminoso.

Filho de Deus, pelo simples fato de sê-lo, tudo lhe era permitido em termos de crimes e delitos; assim, em nome de Deus, por um lado eu te esfaqueio e, por outro, te amaldiçoo.

Os judeus, estabelecendo um preço pelo delito e esquecendo-se da condição sagrada para o perdão — a ignorância —, transformaram o Templo em um negócio lucrativo, quando os próprios sacerdotes depositavam antecipadamente as moedas de prata no tesouro em contrapartida ao crime que se dispunham a cometer, fosse adultério, roubo, assassinato ou falso testemunho, etc.

Filosofia maligna na qual a Igreja Romana caiu e da qual a Igreja Católica foi salva pela Igreja Alemã nos dias de Lutero, quando, sem perceber em sua ignorância, a Igreja Católica foi arrastada pela Igreja Italiana para a transformação do pecado em um negócio lucrativo — chamemos isso de “o escândalo das indulgências”.

Deus se rebelou contra a Filosofia do Inferno. Nem defendida por um de seus filhos, como no caso de Satanás, nem defendida por um de seus servos, como no caso de Arão, jamais aceitaria a transformação de sua Coroa na corte pagã de um deus dos deuses, cuja saúde os príncipes de seu Reino poderiam contar com sua bênção na hora de passar o tempo brincando

com vidas humanas, transformando-as em demônios e anjos, policiais e ladrões, maus e bons, heróis e monstros.

Deus ergueu a mão para o Céu contra um de seus filhos, Satanás, que ousou levar à cruz seu filho mais novo, Adão; e não ergueria então o punho contra um servo, Aarão, que se atreveu a pregar na cruz seu Filho Primogênito?

E como não há três sem dois, o que levou a Igreja a pensar que Deus permitiria ao seu bispo e à sua corte de cardeais o que não permitiu nem ao seu servo nem ao seu filho, a saber, que enchessem o cálice com o sangue de seus crimes?

Artigo Trinta e Dois: O Direito à Misericórdia

Judeus e romanos, todos ficaram presos na mesma ignorância.

Sobre cristãos e gentios, acima de todos, permaneceu o véu que impediu os judeus de ver Deus. Aqueles que O viram O amaram com uma força mais poderosa do que a morte. Mas, quando partiram, seus sucessores viveram da fé, permanecendo entre eles as palavras proféticas daqueles que realmente viram Deus, como tochas nas trevas.

Ora, a fé sem o conhecimento perfeito do Filho de Deus se corrompe. Declaração que os apóstolos se encarregaram de estabelecer em suas epístolas e que, mais tarde, os séculos se encarregaram de demonstrar: “o escândalo das indulgências”, a ponta do iceberg.

Misericórdia, portanto, para com todos: judeus e romanos, cristãos e gentios; pois, em sua onisciência, Deus havia estabelecido que o véu do Conhecimento perfeito da Divindade não caísse dos olhos de sua criatura humana até que nascesse a Cristo uma Descendência — essa Descendência nascida para vencer e conquistar as portas dos inimigos de seu Pai que está nos Céus, seu Rei.

Artigo Trinta e três: O Direito à Paz

Todos os exércitos do Reino de Deus estão sob o comando do Rei do Céu, Chefe Supremo do Conselho dos filhos de Deus, à cuja Voz — e somente à sua Voz — se movem os exércitos da Aliança da Plenitude das Nações do Universo.

Assim como no Céu, também na Terra, nós, filhos de Deus, temos o dever de separar os governos políticos das nações membros do Conselho da Plenitude das Nações, em cujos membros residirá o poder da guerra e da paz, e perante cujo órgão — e somente perante seu Conselho — os exércitos da Aliança da Plenitude das Nações deverão obediência.

Sendo a Paz o bem supremo por excelência da Criação, Deus determinou que esse Poder resida apenas na Coroa de seu Filho, Cabeça Suprema do Conselho da Aliança da Plenitude das Nações de seu Reino.

O Conselho dos filhos de Deus e o Conselho dos Estados-Maiores dos exércitos da Aliança da Plenitude das Nações do Reino de Deus formam, como cabeça e braço, parte do mesmo Corpo, e somente esse Corpo, cuja Cabeça é o Rei, Jesus Cristo, detém o Poder da Guerra e da Paz.

Artigo Trinta e Quatro: A Lei do Rei

A experiência é a mãe da Ciência. Mas a Ciência a serviço do homem, enquanto animal político, transforma-se em arma de destruição nas mãos de uma besta, com aparência humana, nascida do homem, mas desumana, com um único propósito em mente: impor seu inferno ao mundo.

Sobre esta Lei, Deus estabeleceu o núcleo central de seu Reino, proibindo o acesso de qualquer governo alheio à Aliança Cristã Mundial às tecnologias de defesa.

As leis que daí decorrem — a proibição da venda de informações e materiais fora da Aliança do Rei e a aquisição da propriedade das indústrias de defesa, para sua transformação em Patrimônio para a Paz Universal, sujeito ao Conselho dos filhos de Deus — têm como fundamento a necessidade de estabelecer os pilares de seu Reino de acordo com as dimensões de infinitude e eternidade da Criação.

Tendo Deus aprendido, por experiência própria, que a submissão dos exércitos nacionais e internacionais à vontade temporal e aos interesses passageiros dos governos políticos é a causa da guerra, Ele propôs uma Nova Aliança pela qual todos os governos colocam seus exércitos em Suas Mãos.

Antecipando essa Revolução Universal Eterna, Ele se apresentou diante de nós em Seu Livro como YAVÉ dos exércitos. Se o Homem a assina ou se recusa a colocar nas mãos de seu Criador o que lhe pertence por Direito da Criação, isso é outra questão.

Satanás se recusou a assinar a Aliança que Deus e seu Filho colocaram diante dos olhos de todos nós, homens e não-homens, pela qual Yavé dos exércitos é o Deus de todos e seu Filho, Jesus, o Rei Universal e Eterno de sua Criação.

Unigênito e Primogênito, “o Braço de Yahweh”, o Rei de seus exércitos, Jesus, nosso Jesus Cristo, Origem de nossa Luz, nosso Mestre e Salvador, Senhor e Rei, as duas condições que o Infinito e a Eternidade colocam sobre a mesa para o crescimento e a perpetuação de uma Civilização no espaço e no tempo: Universalidade e Sempiternidade, essas duas condições cumpridas em sua Natureza de Deus Filho, submetendo todo o Poder à sua Coroa: seu Pai estabeleceu a Lei do Rei contra a vontade temporal e os interesses passageiros dos Governos

Nacionais e Internacionais, na origem das guerras — civis e mundiais — que, até o presente, toda a criação tem sofrido.

Por essa Lei, qualquer um que não assinar a Nova Aliança, sobre a qual Deus recriou de novo seu Reino, assina contra si mesmo, seja filho ou servo de Deus, a pena de exílio da Criação.

Artigo Trinta e cinco: A Lei da Civilização

Que nenhum homem nem grupo humano seja alvo de perseguição por seus ideais de justiça. Por essa razão, nós, filhos de Deus, temos o Dever de abolir qualquer autoridade do Estado que pretenda atacar, reprimir, demonizar ou controlar as forças que a Imagem Divina, que vive no Homem, coloca em movimento para sacudir da Sociedade a inércia natural em qualquer etapa posterior a uma grande vitória.

Qualquer ação do Estado que ultrapasse suas funções administrativas constitui um crime contra a Sociedade.

A Sociedade nasceu livre e foi dotada por seu Criador de todas as forças necessárias para, sem a violência do Estado, ser capaz, por si só, de abrir caminho rumo às fronteiras além das quais se encontra a terra prometida da Verdade, da Justiça e da Paz.

Essa ideia de Justiça é inalienável porque é Divina e, qualquer ação do Estado contra ela, como a História já se encarregou de demonstrar, está fadada à ruína.

Consequentemente, nós, filhos de Deus, temos o dever de cortar todos os laços pelos quais o Estado se arma para combater a Justiça Divina que se revela naqueles em quem essa Imagem é mais forte do que a própria vida.

Assim como, em sua época, a separação entre Estado e Igreja demonstrou ser um dos pilares da civilização, em nossa época a separação entre Estado e Governo é, à luz dos fatos, uma necessidade de justiça: revolucionária e irreversível, ou seja, divina.

Artigo Trinta e seis: A Lei da Justiça

Que todo sacerdote que faça apologia ao crime, ordenando prisão ou morte contra aqueles cujas ideias divergem das suas, seja levado perante a justiça humana para responder pelo seu delito de incitação ao crime.

Nós, filhos de Deus, temos o dever de expulsar da sociedade de nosso Pai todos os servos que, contra o Espírito da Justiça Divina, se erguem como inquisidores e executores, seja direta ou indiretamente, daqueles que, segundo seu entendimento, se desviam do caminho.

A Palavra de inteligência e sabedoria é a única arma que Cristo empunhou contra aqueles que queriam crucificá-lo, e essa Palavra é a única arma que herdamos, filhos e servos de Deus.

CONCLUSÕES FINAIS

Quando Deus criou o Homem, Ele projetou sobre o nosso ser a Natureza Social do Seu Ser.

Por natureza social, Deus quis, aproximando-nos de Sua Natureza, projetar sobre o nosso ser a Inteligência do Seu Ser.

Inteligentes por natureza, Deus quis nos aproximar ainda mais do Seu Ser, projetando Sua Paternidade sobre o nosso ser.

Por fim, amando-nos com todas as suas forças e vendo que não encontrávamos nossa natureza de filhos de Deus, Ele nos enviou seu Filho Primogênito para que, em sua Natureza, encontrássemos a natureza de filhos que nos foi dada no Princípio.

Filhos de Deus, pela carne ou pelo espírito, nossa natureza inteligente nos coloca diante do Fato da Sociedade do Reino, na qual Deus transformou Sua Relação com Sua Criação. Sobre isso, compreendemos o que foi exposto na Declaração de Princípios: que a Liberdade e o Amor são as duas colunas eternas sobre as quais Deus ergueu o Edifício dessa Sociedade Criador-Criatura.

E nos coloca diante da situação em que nosso Deus se viu ao ter que sair do Conflito Cósmico no qual uma parte de seus filhos o obrigou a entrar. O Modelo Antigo, anterior à Queda, tendo provocado essa situação, precisava desaparecer e ser substituído por um Novo, este fundado sobre uma Rocha Inabalável, cujo horizonte se abrisse para o Infinito e cujo corpo social estivesse imune a qualquer tentativa de Guerra, para toda a Eternidade.

Diante dessa situação de revolução, Deus teve que adotar as medidas necessárias, na matriz de Sua Vitória, colocando em primeiro lugar a fundação desse novo modelo social, ao cujo nascimento tudo o mais deveria ficar subordinado, inclusive a raça humana, inclusive a dor de Seu Filho, se fosse necessário.

A Necessidade impôs sua Lei. A Humanidade teria de continuar sofrendo os golpes do chicote da Guerra Civil perpétua até que a Nova Estrutura que sua Criação deveria receber ficasse definitivamente configurada. Com toda a dor de seu Coração, assim deveria ser. A Necessidade impôs que seu Filho Unigênito bebesse o Cálice da Paixão.

Essa mesma Necessidade precisava alcançar seu objetivo e, sofrendo a dor passageira dos séculos vindouros, com toda a criação depositando sua expectativa no bem que o futuro reservava para todos nós, encher a Taça de Deus com as lágrimas que a dor de dois mil anos lhe serviria em abundância. Quem, senão ELE, Deus da Eternidade e do Infinito, o Amado da

Sabedoria Criadora, poderia dar uma reviravolta na situação e transformar a tragédia da humanidade em uma epopeia com final feliz?

Aliviada sua alma com a Obediência de seu Filho, que, ao preço de seu sangue, nos gerou a todos, colocou em Suas Mãos nossas vidas, depositando em Seu Julgamento a Esperança da Salvação Universal, na qual toda a Criação, ao conhecê-la, encontrou o alívio que as lacerações de nossa tragédia causariam ao seu coração.

Um Reino Universal e Eterno, formado por muitos mundos, cada um com sua origem em tempos e estrelas distintas, crescendo sem limites, estendendo sem fim suas fronteiras e suas nações.

Uma Igreja Universal e Eterna, à imagem e semelhança de seu Senhor, depositária das verdades eternas para a alegria de todas as nações e a glória de nosso Rei.

Um povo, o humano, formado por muitas nações, nação entre outras nações, cada uma um mundo, todas unidas ao mesmo tronco, a Coroa de Deus, como os galhos à mesma árvore, a Árvore da Vida.